

## Doze abortos em menores

No ano passado realizaram-se no Serviço de Saúde da Região (SESARAM) 198 interrupções voluntárias da gravidez (IVG).

Os dados disponibilizados ao DIÁRIO pelo Instituto de Administração da Saúde (IASAÚDE) mostram que o total de 2018 é o número mais baixo desde o ano de implementação (2008) da lei da IVG na Região, quando se realizaram 173 abortos. Desde então, o número ultrapassou as 200 intervenções por ano, atingindo, em 2010 o número mais alto : 279.

Desde então, a tendência foi sobretudo decrescente, sendo que entre 2015 e 2017 houve novamente um aumento muito ligeiro (respectivamente 201, 204 e 206 IVG).

Os dados do IASAÚDE revelam também que continuam a ser sobretudo as mulheres solteiras e com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos que, na Região, mais optam por IVG.

Porém, há registos de interrupções em todas as faixas etárias. Se 89 mulheres (44,9%) tinham idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, 60 tinham entre 30 e 39 anos (30,3%) e 23 encontravam-se na faixa etária dos 40 aos 49 anos. Nas mais jovens, houve 14 IVG nas mulheres com 18 e 19 anos, sendo de salientar que há registo de 12 abortos em raparigas com idade igual ou inferior a 17 anos.

### Solteiras, sem filhos e trabalhadoras não qualificadas

Em 2018 houve 141 mulheres solteiras a interromperem a gravidez voluntariamente, um valor que corresponde a 71,2% do total de IVG realizadas. A maioria das mulheres que recorreu a esta intervenção não tinha filhos (93 ou 47%) e não tinha realizado abortos anteriormente (157 ou 79,3%).

A recolha de dados realizada pelo IASAÚDE revela ainda que, no ano passado, 27,8% (55) das mulheres que optaram por realizar uma IVG era trabalhadoras não qualificadas, enquanto que os companheiros eram na maioria ‘agricultores, operários, artífices e outros trabalhadores similares (27,3% ou 54). Note-se ainda que 31 (15,7%) eram estudantes. No que se refere ao nível de instrução, 48% (95) das mulheres que interromperam a gravidez tinham o Ensino Secundário.

A maioria residia no concelho do Funchal (46% ou 91) e é maioritariamente de nacionalidade portuguesa (184 ou 92,9%).

Os dados revelam ainda que a maioria das mulheres que, no ano passado, o método contraceptivo mais prescrito após a interrupção da gravidez foi o hormonal oral ou injectável (102 ou 49,5%).

### Sem consultas para controlo ou prescrição de anti-concepcionais

“Em 2018, a maioria das mulheres que realizou IVG não tinha frequentado uma consulta para controlo ou prescrição de métodos contraceptivos (79,8% ou 158). Entre as que frequentaram uma consulta de Planeamento Familiar (20,2% ou 40), a maioria (67,5% ou 27) recorreu ao serviço público de saúde (Centro de Saúde)”, sublinha.

Relativamente ao acesso ao serviço de saúde para realização da interrupção, os mesmos dados revelam que 59,6% (118) das mulheres acederam directamente por iniciativa própria; 23,2% (46) por referência do serviço privado e 17,2% (34) encaminhadas por outros serviços do SESARAM.

Na generalidade, o tempo de gestação, aquando da intervenção, esteve entre as 4 e as 8 semanas (em 164 mulheres) e o tempo de espera para a consulta prévia à IVG foi, na maioria, entre 0 e 1 dia (123 ou 62,1%).

O procedimento medicamentoso correspondeu à totalidade dos registos em que o tipo de procedimento utilizado na IVG foi descrito (em 188 dos casos).

O IASAÚDE refere ainda que o método contraceptivo mais prescrito após a interrupção da gravidez foi o hormonal oral ou injectável (37,9% ou 75 mulheres), seguido do Dispositivo Intra-Uterino (27,3% ou 54) e do Implante (23,2% ou 46).

